

A Economia Política dos Sistemas-Mundo e a visão do Sistema Interestatal Capitalista: uma análise comparativa

Valéria Lopes Ribeiro¹

Resumo: Este trabalho recupera duas perspectivas teórico-metodológicas que ganharam destaque dentro da Economia Política Internacional a partir dos anos 70. Uma delas representa a visão de autores como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, cujas principais idéias vêm norteando a chamada Economia Política do Sistemas-Mundo (EPSM); e a outra traduz-se em uma nova proposta de teorização, arquitetada por José Luiz Fiori a partir de uma leitura específica do funcionamento do sistema mundial. O trabalho procura definir conceitos e elementos chaves das duas abordagens para em seguida estabelecer uma comparação entre ambas em torno da visão ontológica acerca do sistema mundial, da dinâmica do sistema e do papel das hegemonias mundiais. Finalmente, o trabalho apresenta as divergências com relação a visão conjuntural das duas perspectivas, principalmente no tocante ao debate em torno do possível fim da hegemonia americana.

1) Introdução

O final do século XX, principalmente a partir de meados dos anos 70, foi marcado por mudanças profundas na economia e na geopolítica mundiais. Todas essas transformações - que se manifestam para além do campo da economia e da geopolítica, repercutindo em aspectos ideológicos e culturais – tiveram sua contrapartida teórica no campo da Economia Política Internacional, marcada pela contribuição de novas perspectivas teóricas voltadas a discussão do modo de funcionamento e dinâmica do sistema mundial². Dentre estas análises, e também a partir delas, novas contribuições ganharam formas cada vez mais consolidadas em visões distintas acerca das mudanças observadas na economia e geopolítica mundiais.

Este trabalho procura apresentar uma análise comparativa de duas vertentes que surgem no bojo dessas transformações. Uma delas representa a visão de autores como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, cujas principais idéias vêm norteando a chamada Economia Política do Sistemas-Mundo (EPSM); e a outra traduz-se em uma nova proposta de teorização no campo da Economia Política Internacional, arquitetada por José Luiz Fiori a partir de uma leitura específica do funcionamento do sistema mundial.

O trabalho procurará apresentar essas duas visões, procurando identificar e definir conceitos e elementos chave da análise de cada uma para, em seguida, estabelecer uma tentativa de comparação entre as duas abordagens. Aspectos como a visão ontológica acerca do sistema

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional (PEPI-UFRJ)

² Em “O poder Americano” (2004), em seu texto “Formação, expansão e limites do Poder Global” Fiori faz uma recuperação das diversas correntes teóricas dentro da Economia Política Internacional que emergem (ou ganham força) a partir da década de 70 (FIORI, 2004, pgs 11-20).

mundial, da dinâmica do sistema e das visões de cada perspectiva sobre o papel das hegemonias mundiais serão tratados aqui. O trabalho está estruturado da seguinte forma: além desta Introdução o item 2 apresenta as principais idéias e conceitos da EPSM; a sessão 3 resume brevemente as principais idéias em torno da perspectiva do Sistema Interestatal Capitalista; a sessão 4 procura estabelecer uma comparação entre as duas perspectivas – principalmente a cerca da visão conjuntural; e finalmente a sessão 5 apresenta algumas conclusões.

2) Economia política dos sistemas-mundo: Wallerstein, Braudel e Arrighi - o sistema mundial como uma economia mundo capitalista

2.1) Definindo conceitos - Wallerstein e o sistema-mundo

Em meados dos anos 70, Immanuel Wallerstein, em trabalhos fundadores da abordagem que depois seria intitulada Economia Política dos Sistemas-Mundo³, dá início a uma ampla análise do processo de mudança social desde o início da formação do chamado Moderno Sistema Mundial. Nesta obra (e também em textos posteriores), Wallerstein vai definindo conceitos e proposições metodológicas que chamam a atenção para a necessidade de se trabalhar com uma unidade de análise ampla, que reúna todo o globo em um único sistema mundial: a economia mundo capitalista. Para Wallerstein esta dimensão espacial é fundamental para a discussão dos processos econômicos e sociais no capitalismo, observados nos diversos Estados que compõem o sistema mundial.

Para instrumentalizar sua perspectiva analítica, Wallerstein lança mão do conceito de sistema histórico, que, segundo esse autor, serve como referência de análise mais adequada para o estudo da vida social, em detrimento à utilização de conceitos como “Estado” e “sociedade”, comumente utilizados nas perspectivas analíticas tradicionais. O conceito de sistema histórico refere-se a conjuntos de estruturas que abarcam não apenas processos econômicos, mas também políticos e culturais, que moldam a vida social ao longo do tempo. Um sistema histórico só é um sistema por ser possível observar nessas estruturas processos internos que moldam sua trajetória, fazendo com que o sistema opere com relativa autonomia, ou seja, “funcione em essência em termos das conseqüências de seus processos internos” (WALLERSTEIN, 1999, p. 249).

³ “*The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis*”, republicado em WALLERSTEIN, I. *The Essential Wallerstein*. New York: The New York Press, 2000; e o volume “*The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*” (1979). (FILOMENO e ARIENTI, 2004)

Este aspecto sistêmico encontra uma contrapartida temporal e, por isso, histórica, na medida em que um sistema histórico inicia-se em determinado período do tempo e chega ao fim, após percorrer uma longa trajetória ao longo do tempo, a chamada longa duração das estruturas sociais, definida por Fernand Braudel (1996). A identificação desta trajetória ao longo do tempo em termos espaciais é outro aspecto dos sistemas históricos, ou seja, o fato de podermos delimitar geograficamente a existência de um sistema histórico específico, ainda que um espaço em constante mudança. (WALLERSTEIN, 1999).

O caráter espacial de um sistema histórico refere-se à identificação de seus processos internos e das redes econômicas em áreas geográficas específicas, que passam a fazer parte de um mesmo sistema. O que permite identificar espacialmente um sistema histórico é justamente sua característica mais essencial, isto é, “a existência de uma divisão do trabalho no seu interior, de tal modo que os vários setores ou áreas sejam dependentes de intercâmbio econômico com outros setores ou áreas para um abastecimento que, contínuo e desimpedido, atenda às suas necessidades” (Hopkins & Wallerstein, 2000, p. 74). Dentro do que podemos delimitar geograficamente como sendo um sistema histórico, inscreve-se uma extensa rede de processos produtivos onde a reprodução social está fortemente relacionada à divisão do trabalho observada dentro dos seus limites.

Segundo Wallerstein, existem dois tipos de sistemas históricos. Um deles refere-se a unidades que apresentam processos internos próprios e caracterizam-se por serem entidades bastante pequenas. O outro tipo de sistema histórico no qual podemos de fato identificar a existência de uma rede extensa de processos econômicos, políticos e culturais são os sistemas-mundo. Estas seriam entidades de grande escala e longa duração, que podem ser divididos em impérios-mundo e economias-mundo.

Nas economias-mundo observam-se estruturas que possuem múltiplas unidades políticas que exibem integração econômica. Ao contrário dos impérios-mundo, onde há a necessidade de uma coerção direta para garantir a transferência de recursos que sustente o sistema, em uma economia-mundo as unidades econômicas por si mesmas agem nesse sentido, na medida em que o próprio funcionamento de seus processos internos pressupõe a desigual distribuição do excedente gerado nas redes produtivas em benefício de grupos de agentes que alcançam posições privilegiadas nos fluxos mercantis. (HOPKINS e WALLERSTEIN, 1987, p. 764)

Wallerstein não é o único e nem foi o primeiro a empregar a noção de economia-mundo. Fernand Braudel (1996) fala sobre economias-mundo como sendo uma soma de espaços individualizados, econômicos e não econômicos agrupados por ela, representada por uma enorme superfície hierarquizada com limites definidos onde coexiste normalmente um

centro/cidade que centraliza diversas relações econômicas entre indivíduos e agentes econômicos. (BRAUDEL, 1996, p. 14). Estas estruturas só podem ser compreendidas, segundo Braudel, a partir de uma perspectiva de longo prazo, ou seja, a partir de uma perspectiva histórica que consiga abarcar toda a complexidade da formação dessas estruturas. Recorrendo a esse autor, Wallerstein define uma perspectiva metodológica tendo como base, justamente, uma consideração clara das noções de tempo e espaço para o entendimento dos fenômenos econômicos e sociais modernos.

Wallerstein fala sobre o capitalismo histórico em termos de uma economia-mundo capitalista que surge na Europa Ocidental por volta do século XV e início do século XVI. Segundo o autor, embora tenham existido outras economias-mundo fora da Europa (China, Pérsia, Roma), estas acabaram por se transformar em impérios-mundo. No caso da Europa, as técnicas do capitalismo moderno e a tecnologia da ciência moderna permitiram que aquela economia-mundo prosperasse e se expandisse, tomando uma dimensão cada vez mais ampla e deixando para trás os impérios-mundo, que, até então, predominavam como sistemas-históricos de maior amplitude.

A capacidade da economia-mundo capitalista ter assumido essa posição relaciona-se justamente ao fato de que, ao contrário dos impérios-mundo, este sistema histórico tenha contado com uma estrutura formada por vários e múltiplos sistemas políticos baseados em “um modo capitalista de produção, cuja característica definidora é a acumulação sem fim de capital” (Hopkins & Wallerstein, 1987, p. 764). Assim, o segredo da superação feita pela economia-mundo capitalista está, segundo Wallerstein, no “*aspecto político de la forma de organización económica llamada capitalismo. El capitalismo ha sido capaz de florecer precisamente porque la economía-mundo contenía dentro de sus límites no uno, sino múltiples sistemas políticos*” (Wallerstein, 1999, p.491).

Essa expansão da economia-mundo capitalista européia foi resultado e ao mesmo tempo dependeu dos constantes processos de incorporação. Tal processo “envolveu expansão geográfica impelida por processos internos, pois o avanço deu-se em movimentos cíclicos de incorporação de novas áreas em resposta às necessidades de desdobramento espacial das cadeias mercantis⁴” (Hopkins e Wallerstein, 1987, p. 765). Levado por sua lógica própria, orientada pela incessante acumulação de capital, este sistema histórico foi levado por um processo de auto-expansão que acabou por incorporar todo o globo nessa imensa rede de processos produtivos cada vez mais mercantilizados.

⁴ Segundo Wallerstein e Hopkins (2000) o conceito de cadeia mercantil refere-se a uma rede de trabalho e processos produtivos cujo fim resultante é uma mercadoria acabada. (WALLERSTEIN & HOPKINS, 2000, p. 223).

À medida que esse processo foi se consolidando, as cadeias mercantis expandiram-se através de Estados Nacionais e zonas geográficas, que, em geral, passavam a abrigar os elos menos rentáveis dessas cadeias, onde normalmente prevalecem baixos níveis de remuneração e tecnologia, tornando-se assim zonas periféricas com baixa capacidade de se beneficiar dos excedentes gerados nas relações mercantis. Tal expansão consolida, nesse sentido, uma estrutura marcada pela hierarquização e polarização entre regiões centrais, periféricas e semiperiféricas, que respondem por diferentes capacidades de apropriação dos benefícios da acumulação de capital ao longo da extensa rede de divisão do trabalho.

Inserida na própria lógica do sistema está, portanto, uma estrutura hierarquizada, baseada em Estados Nacionais que, alocados em zonas centrais, assumem posições mais vantajosas ligadas a capacidade de se apropriar do excedente e impor-se mundialmente. As tentativas de um Estado em expandir-se nos moldes de um império são barradas pela constante competição que marca o sistema interestatal.

Como ressalta Costa (2007), foi do esforço de barrar determinados Estados que estavam buscando transformar o sistema-mundo moderno em um império-mundial, que nasceram as chamadas “potências hegemônicas”: primeiro as Províncias Unidas em meados do século XVII, depois o Reino Unido em meados do século XIX e os Estados Unidos em meados do século XX. (Wallerstein, 2002b, p.34 apud Costa, 2007). Para Wallerstein, a hegemonia foi sempre um efeito de longos períodos de expansão competitiva, que resultou numa concentração de poder econômico e político em determinado Estado. A superioridade econômica em todos os casos se deu inicialmente na produção, depois no comércio e por fim nas finanças, justamente por os Estados que aspiravam à hegemonia estarem investindo mais em tecnologia produtiva do que seus rivais, em particular, as “potências imperiais mundiais”, que vinham investindo mais em equipamento e pessoal militar. A consolidação das hegemonias ocorreu com o envolvimento de cada nação hegemônica em guerras durante as quais adquiriram supremacia militar. O próprio processo de guerra serviu para ampliar a vantagem econômica, e um acordo pós-guerra entre as nações veio a consolidar e proteger do desgaste essa maior vantagem. (Wallerstein, 2002, p.14,15; Arrighi e Silver, 2001, p.33 apud Costa, 2007, p. 4).

Entretanto, rapidamente esse acordo pós-guerra dá lugar a uma forma de liberalismo que, por sua vez, permite a instauração de um ambiente propício ao surgimento de novos competidores e concorrentes à condição de líder global, fechando assim o ciclo hegemônico proposto por Wallerstein. (ARRIGHI & SILVER, 2008)

O importante a ressaltar é como Wallerstein entende a questão da hegemonia. Para este autor, embora vários países tenham se sucedido em posições de destaque no sistema mundial,

essas mudanças não são capazes de transformar a dinâmica central do sistema. Para Wallerstein a ascensão das nações hegemônicas no mundo moderno é um mero reflexo de propriedades sistêmicas, que agem como forças coercitivas e ordenadoras na escolha dos Estados que se tornam hegemônicos. Nesse modelo, criticado por Arrighi, como veremos, as sucessões hegemônicas não implicam em reorganizações fundamentais do sistema e mudanças em suas propriedades essenciais. (op. cit. p. 35)

2.2) Arrighi – Ciclos hegemônicos e ciclos sistêmicos de acumulação

Seguindo em certo sentido as proposições de Wallerstein, Giovanni Arrighi, também a partir de Braudel, procura entender os processos e fenômenos econômicos a partir da utilização de uma perspectiva de análise que procura ampliar as noções de tempo e espaço para além de delimitações temporais recentes e restritas às fronteiras dos Estados Nacionais. Em “*A ilusão do desenvolvimento*” (Arrighi, 1997), o autor apresenta uma sistematização que serve de base para a sustentação dessa perspectiva, procurando apresentar sua visão acerca da existência de um único sistema mundial, formado por uma estrutura hierárquica de Estados.

O principal argumento desse autor neste trabalho é justamente a idéia de que a economia mundial capitalista é representada por uma estrutura de Estados fortemente hierarquizada que determina a posição dos países em níveis mais altos (países centrais ou de núcleo orgânico) e mais baixos da hierarquia (países periféricos) ⁵.

Com relação a questão da hegemonia, Arrighi discorda de Wallerstein quanto ao papel das sucessões hegemônicas na trajetória e dinâmica do sistema mundial. Em Arrighi as diferentes hegemonias vêm transformando e reorganizando o próprio sistema. Nas palavras do autor, “ a ascensão das nações hegemônicas no mundo moderno não foi mero reflexo de propriedades sistêmicas (...) a hegemonia também implicou uma reorganização fundamental do sistema e uma mudança de suas propriedades”. (ARRIGHI, 2001, p. 35)

Tomando o conceito de hegemonia de Gramsci “aplicado” em um contexto de um sistema interestatal, Arrighi desenvolve sua idéia sobre o exercício da hegemonia, baseado na

⁵ Segundo Arrighi, a estrutura de Estados está dividida em três zonas principais: o chamado núcleo orgânico, representado pelos países que comandam atividades cujas recompensas agregadas incorporam a maioria dos benefícios globais da divisão mundial do trabalho, países, portanto, situados no topo da hierarquia de Estados; a zona periférica, formada por países que comandam atividades que incorporam pouco ou nenhum benefício da divisão mundial do trabalho, localizados, portanto, no ponto mais baixo da hierarquia; e a chamada zona semiperiférica, que seria o conjunto dos Estados/países que, graças a uma combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e de periferia, exercem o poder de evitar o rebaixamento, mas tem pouco poder para melhorar sua posição, países, portanto, situados em uma posição intermediária na hierarquia de Estados. (ARRIGHI, 1997).

característica definidora segundo a qual “uma nação dominante conduz o sistema de nações em uma direção desejada e, ao fazê-lo, é largamente percebida como buscando um interesse geral” (op. cit., p. 36). A representação do interesse sistêmico geral ganha credibilidade e amplia o poder de um estado pretensamente hegemônico quando existem duas condições: primeiro, a “oferta” efetiva por parte dos grupos dominantes destes Estados de capacidade de governabilidade mundial, para além das decisões estritamente nacionais; e, segundo, as soluções de nível sistêmico oferecidas pela pretensa nação hegemônica devem endereçar-se a problemas de nível sistêmico que se agravaram ao ponto de criar uma demanda profunda por parte dos grupos dominantes do sistema por gestão sistêmica. (ARRIGHI, op. cit, p. 37)

A investigação de Arrighi concentra-se nesse sentido nos processos que criaram essas duas condições no moderno sistema de Estados desde sua formação, em meados do século XVII. O modelo de transição hegemônica de Arrighi descreve assim um *ciclo hegemônico* onde a mudança sistêmica é endógena. Após o período de expansão que segue a reorganização sistêmica, dotando o sistema de uma divisão do trabalho, a imitação fornece aos Estados separados o impulso motivador necessário para mobilizar energias e recursos para a expansão. O que no início se dava sob a forma de cooperação, passa a dar-se em um ambiente competitivo em que prevalece a tirania das pequenas decisões, instaurando assim uma crise hegemônica. As crises hegemônicas caracterizam-se por três processos distintos, mas relacionados: intensificação da concorrência interestatal e interempresarial; a escalada dos conflitos sociais; o surgimento intersticial de novas configurações de poder. Embora com características distintas, todos os processos de crise hegemônica têm em comum o fato de que foram marcadas por uma expansão financeira. (ARRIGHI, 2001, p. 39-40)

Na esteira de Braudel, Giovanni Arrighi (1994) procura operacionalizar o estudo dos fenômenos econômicos e sociais por meio do conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Tais ciclos representam construção analítica que compreende a tentativa de encontrar padrões de recorrência ou movimentos seculares ao longo da história da economia-mundo capitalista.

Um ciclo sistêmico de acumulação alterna épocas de expansão material com fases de renascimento e expansão financeira. A idéia surge da interpretação braudeliana com respeito às características essenciais da história do capitalismo, qual seja, a flexibilidade ilimitada e a capacidade de mudança e de adaptação (BRAUDEL, 1982, p. 433 apud ARRIGHI, 1994, p. 4).

Segundo o autor, na história do capitalismo podemos observar uma recorrência dessa alternância entre momentos de expansão produtiva e expansão financeira, esta última como a segunda parte de um ciclo que chega ao fim na medida em que os investimentos produtivos atingem uma maturidade ou estagnação. Foi assim com a oligarquia capitalista genovesa na

segunda metade do século XVI, quando esta passa das mercadorias para as atividades bancárias, fornecendo empréstimos para as nações ibéricas; assim também ocorre com a retirada dos holandeses do comércio para transformarem-se nos banqueiros da Europa nos séculos XVIII; com a Inglaterra, no fim do século XIX, quando a expansão industrial cria um excesso de capital monetário; e também no final do século XX, na década de 70, quando a expansão produtiva do período pós-segunda guerra dá lugar a um período de forte expansão financeira. (ARRIGHI, 1994, p. 5). Assim, como sugere Arrighi,

a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD') pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário 'coloca em movimento' uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário 'liberta-se' de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD'). (ARRIGHI, 1994, p. 6)

Arrighi identifica assim a existência de quatro ciclos sistêmicos de acumulação: um ciclo genovês, do século XV ao início do século XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até a maior parte do século XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e um ciclo norte-americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira. (ARRIGHI, 1994).

O importante aqui é entender que a proposta de Arrighi de adoção dos ciclos sistêmicos de acumulação deriva diretamente da idéia braudeliana do capitalismo como a camada superior, "não especializada", da hierarquia do mundo do comércio.

É só por adotar esta perspectiva de análise braudeliana que Arrighi consegue sustentar a tese da recorrência dos ciclos sistêmicos de acumulação. Pois, segundo o autor, é na camada superior, e a partir da própria existência dela, que o capitalismo tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para outras atividades. (ARRIGHI, 1994). Esta capacidade de mutação e flexibilidade marca os momentos de mudança dos ciclos sistêmicos em busca de formas de superação de condições limites no que tange à acumulação. Segundo Arrighi, foi assim deste a Idade Média até os dias atuais.

Desde o início as expansões e reestruturações da economia capitalista mundial ocorrem a partir da liderança de comunidades e blocos de agentes governamentais e empresariais que se posicionam de forma vantajosa em relação a outros agentes. Assim tem-se o que Arrighi chama

de regimes de acumulação em escala mundial, que seriam as estratégias e estruturas mediante as quais aqueles agentes promovem, organizam e regulam a expansão da economia mundial. O objetivo dos ciclos sistêmicos é exatamente descrever a formação, consolidação e desintegração desses regimes.

3) A perspectiva do Sistema Interestatal Capitalista: universo em expansão

Em vários de seus trabalhos mais recentes⁶, José Luis Fiori vem fazendo uma leitura crítica das situações conjunturais da econômica internacional a partir de uma nova visão estrutural das relações internacionais e do funcionamento do sistema interestatal capitalista. O eixo central dessa visão é a idéia da necessidade de inserção da dimensão do poder (e das guerras) em uma teoria da dinâmica das relações entre os Estados Nacionais e do funcionamento do capitalismo.

Mais do que sugerir, portanto, a necessidade da inserção dos aspectos políticos na análise do movimento do capital Fiori está propondo uma revisão de fundo das teorias tradicionais (inclusive a marxista, no campo da Economia) em que a “variável” poder se inseriria de forma lógica e decisiva na explicação da necessidade de acumulação de capital. É a partir desse ponto de vista teórico que Fiori analisa a conjuntura atual de suposta crise da hegemonia americana e é baseado também nesse ponto de vista que o autor sustenta a idéia de que não se trata de uma crise terminal do sistema interestatal capitalista e nem do fim dos EUA como potência hegemônica.

Fiori parte de uma recuperação histórica das relações comerciais e tributárias que se desenvolveram nos Estados europeus, principalmente na Inglaterra, resgatando autores da economia clássica, como Willam Petty e James Stuart, e da filosofia política, como Maquiavel, Hobbes e, posteriormente Norbert Elias, além da contribuição de Fernand Braudel acerca do desenvolvimento histórico do capitalismo. A partir daí o autor busca elementos que permitem sustentar uma perspectiva que dê conta de uma análise ampla das relações entre o poder político e a acumulação de capital.

Segundo Fiori, o sistema interestatal que permanece até hoje tem sua origem num dos primeiros momentos de expansão dos países europeus, entre 1150 e 1350. Desde esse período, esse sistema surge baseado numa relação muito virtuosa entre acumulação de poder e de riqueza.

⁶ FIORI, José Luís. “O sistema inter-estatal capitalista, no início do século XXI”, in J.L. FIORI, F. SERRANO E C. MEDEIROS, O mito do colapso americano, Editora Record, 2008; “Prefácio”, in J.L. FIORI, “O poder global e a nova geopolítica das nações”, Editora Boitempo, São Paulo – Prefácio, 2007; “Formação, Expansão e Limites do Poder Global”. In: O poder americano. Petrópolis, Vozes, 2004

No continente europeu, segundo Fiori, o ambiente competitivo da guerra permanente teria imprimido nos governos e Estados a necessidade de financiamento que multiplica a dívida pública e os tributos. Como consequência tem-se uma multiplicação também do excedente e do comércio, e também do mercado de moedas e de títulos de dívida. Isso gera um círculo virtuoso e original entre os processos de acumulação de poder e riqueza.

Nesse sentido, não seria possível, segundo Fiori, deduzir a necessidade de acumulação do lucro e da riqueza a partir do mercado ou do jogo das trocas. É a luta pelo poder que implode os mercados locais e estimula a produção agrícola e a multiplicação do excedente. E o mais importante é que, “essa precedência lógica do poder sobre a produção e a distribuição da riqueza [embora seja] óbvia no período que vai do século XI ao XVII (...) se mantêm, mesmo depois da formação do modo de produção capitalista e da consolidação do processo de concentração e centralização privada do capital”. (FIORI, 2007, p. 16)

Assim, têm-se alguns elementos (governos, tributos, excedentes, guerras, crédito) que se articulam de forma muito específica e virtuosa, no sentido de dar dinamismo a um sistema que se expande cada vez mais.

É partindo dessa centralidade da luta e expansão constante do poder por parte de territórios e Estados Nacionais que Fiori constrói sua abordagem acerca do funcionamento do sistema interestatal capitalista, utilizando, no texto do livro “O mito do colapso do poder americano” (2008) a metáfora da teoria do “universo em expansão”. Para o autor, o sistema mundial é parte de um universo que vem se expandindo de forma contínua em quatro momentos, desde o século XIII. Em cada um desses momentos históricos há um aumento da pressão competitiva, que decorre justamente dessa idéia de necessidade de expansão do poder entre as unidades territoriais/Estados observada nos primeiros Estados europeus e que se perpetua até os dias atuais (a lógica de que “quem não sobe cai”, de Norbert Elias). Após o movimento de pressão competitiva segue, segundo Fiori, um momento de grande explosão ou alargamento das fronteiras internas e externas desse universo.

Duas características principais marcam a existência desse universo. A primeira é o fato de que, embora a luta e a competição pela busca de mais poder entre os Estados Nacionais possa atingir um limite onde um só Estado conseguiria vencer a todos e monopolizar o poder, destruindo seus competidores, essa situação seria impossível, ao menos logicamente. Isto porque a força propulsora desse sistema mundial é justamente a manutenção dos competidores e do ambiente de “guerra permanente”, porque é o “medo” de perder o poder para o outro que impulsiona a luta pelo poder. É por isso que o sistema interestatal convive com momentos de paz e ordem, e não de guerra permanente, porque as vezes é interessante para a potencia líder manter

seus competidores, e não destruí-los completamente. Por isso “o sistema mundial é um ‘universo em expansão’ contínua, onde todos os Estados que lutam pelo ‘poder global’ estão sempre criando, ao mesmo tempo ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra.” (FIORI, 2008, p.34)

Outra característica desse sistema é o fato de que os Estados Nacionais, na luta constante pela busca e manutenção do poder, submetem suas economias nacionais, numa relação simbiótica que perpetua àquelas primeiras relações observadas nos Estados vitoriosos europeus entre acumulação de poder, guerras e aumento da produtividade e do excedente econômico. Mesmo que essas relações tenham ficado mais complexas, a ligação entre a concentração e a centralização do poder e da riqueza dentro de um Estado Nacional se perpetua.

4) Análise comparativa

Até aqui o que se pretendeu foi apresentar sucintamente as perspectivas teóricas propostas, concentrando a apresentação na definição de alguns conceitos e idéias chave que fornecem uma base mínima a partir da qual possa se fazer uma comparação entre as duas visões. Obviamente trata-se de uma base um tanto superficial, que pretende condensar estudos mais aprofundados de ambas as perspectivas.

Dirigindo a partir de agora nossa atenção à tentativa de comparação entre as duas visões, a proposta é apontar alguns pontos os quais foi possível estabelecer comparações entre as duas teorizações. Parte desta “escolha” teve como base o trabalho realizado por Jales Dantas Costa (2004) em texto apresentado no I Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas-Mundo sob o título “Um debate teórico entre a economia política dos sistemas-mundo e a nova economia política do sistema mundial”⁷.

Costa analisa as divergências entre as duas visões no que se refere aos seguintes pontos: as diferentes posições sobre a unidade espacial e temporal de estudo apropriada para a análise da mudança social; as distinções acerca da dinâmica sistêmica; e as diferenças quanto ao papel das hegemonias na dinâmica sistêmica.

Com relação a escolha da unidade temporal e espacial, Costa ressalta algo que é evidente na teorização da EPSM: a unidade de análise espacial centra-se na chamada economia-mundo capitalista, que por sua vez, como vimos, refere-se a uma economia-mundo específica

⁷ O referido texto é um recorte de trabalho anterior do autor, em dissertação de mestrado sob o título “Crise da hegemonia ou novo império norte-americano? Um confronto entre a economia política dos sistemas-mundo e a nova economia política do sistema mundial”, disponível em : <http://www.tede.ufsc.br/teses/PCNM0150.pdf>. O texto está disponível em: http://www.gpepsm.ufsc.br/index_arquivos/2.pdf

(européia), que se constituiu e se espalhou como um espaço coerente e unificado, constituído como sistema histórico, com fortes ligações internas, baseadas principalmente em relações econômicas que ultrapassam as fronteiras dos próprios Estados Nacionais. (COSTA, 2007)

Já com relação à unidade de análise temporal, também é evidente na teorização dos autores da EPSM um recorte temporal de mais longo prazo, baseado nas delimitações temporais de Braudel acerca do capitalismo histórico. Neste autor a importância da “longa duração” é crucial na análise das estruturas sociais. Ainda que Wallerstein tenha optado pelos ciclos de Kondratieff em suas análises, e Arrighi pelos ciclos sistêmicos de acumulação, a unidade temporal destes autores guarda uma forte relação com a idéia de um tempo longo, ou ao menos da importância de se analisar as relações entre as dimensões temporais distintas.

Na teorização de Fiori, segundo Costa, a unidade espacial utilizada para a análise histórica é o processo de formação e expansão dos primeiros estados nacionais europeus em fins do século XIV começo do século XV, e no momento, desde o século XVII, em que estes mesmos e outros estados nacionais já então formados decidem “nacionalizar” as atividades econômicas existentes no interior dos espaços de seus domínios políticos.

Embora a análise de Fiori trate de uma visão sistêmica do capitalismo, o peso do Estado Nacional como unidade de análise parece mais significativo do que para os autores da EPSM. Esta importância dada à dimensão nacional fica evidente em Fiori a partir da sua visão de que o sistema mundial constitui-se de Estados Nacionais que lutam constantemente pela conquista e manutenção do poder. Tratam-se de unidades políticas que submetem suas economias nacionais às exigências de um poder nacional. Ainda que o sistema interestatal venha se expandindo, a nacionalização é um fenômeno intrínseco a essa lógica expansiva⁸.

Com relação a unidade temporal, a visão de Costa é de que não há uma unidade temporal de referência na perspectiva de Fiori. Segundo o autor isto se dá pelo fato de que não há para Fiori, uma “explicação convincente” da periodicidade das guerras. Como vimos, em Fiori as guerras constituem-se em elemento chave responsável pela dinâmica sistêmica.

Em seu mais recente trabalho, Fiori (2009) faz uma análise crítica dos conceitos de ciclos hegemônicos e ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi. Embora Fiori reconheça a originalidade da teoria de Arrighi, baseada na relação braudeliiana entre o poder e o capital, e também o avanço de Arrighi em criar o conceito de ciclo sistêmico de acumulação, o autor

⁸ A referência de Fiori à Bukharin (1986) reforça essa tese da nacionalização. Para Bukharin o capitalismo, ao mesmo tempo em que apresenta uma tendência de internacionalização, a partir da necessidade de expansão dos mercados e internacionalização do capital financeiro, apresenta também uma tendência de fortalecimento dos Estados Nacionais. Ao contrário de muitas teorizações atuais que defendem teses acerca do fim do poder dos Estados Nacionais, Fiori insiste na idéia de que eles ainda são atores principais no jogo econômico e político mundial.

afirma que este também é um conceito muito frágil em Arrighi. Tal conceito seria muito vago e impreciso e sem nenhuma sustentação empírica. (FIORI, 2009, p. 15)

Ainda que critique as dimensões temporais de Arrighi e não defina de forma explícita uma unidade temporal (como sugere Costa) a presença da referência à Braudel na teorização de Fiori não deixa dúvida sobre a importância da adoção de uma unidade temporal de mais longo prazo neste autor. Ainda que não seja possível estabelecer ciclos de expansão e declínio de países, centrados nos movimentos de expansão (onde a guerra é elemento chave) a construção analítica de Fiori encontra uma contrapartida histórica de longo prazo ao longo do movimento do sistema interestatal capitalista.

No que se refere a dinâmica sistêmica específica do sistema mundial entendida por cada uma das perspectivas, Costa ressalta divergências interessantes entre as duas abordagens. Segundo o autor, a EPSM analisa a relação entre o sistema capitalista mundial e o sistema interestatal. A expansão da economia-mundo se daria a partir dessa relação na qual parece prevalecer o elemento econômico sobre o político, uma vez que se trata de um sistema que é por sua vez uma entidade econômica, e não política, como seria o caso dos chamados impérios-mundo.

Ainda que a presença de múltiplas unidades políticas seja fundamental na constituição desse sistema, nele as classes capitalistas usam o sistema interestatal a seu favor, ou seja, as classes capitalistas usam a força do Estado para se beneficiarem. Essa argumentação é clara principalmente em Wallerstein. Em Arrighi, percebe-se que, nem sempre o vínculo histórico entre o sistema capitalista mundial e o sistema interestatal beneficia a acumulação capitalista. A forma desta relação vai depender da intensidade da concorrência. (Arrighi, 1996). Caso a competição entre os Estados assuma a forma de intensos e prolongados conflitos armados, a lucratividade das empresas pode ser seriamente afetada. Arrighi propõe para o estudo da natureza evolutiva do moderno sistema mundial, não enfatizar apenas a ligação histórica entre a concorrência interestatal e interempresarial, como parece proceder Wallerstein, mas também especificar a forma que essa concorrência assume e se modifica no correr da história, pois só assim é possível analisar a dinâmica do sistema mundial e o papel desempenhado pelas sucessivas hegemonias mundiais na construção e reconstrução do sistema. (ARRIGHI, 1996, p.33)

Já a proposição de Fiori acerca da dinâmica do sistema mundial centra-se na análise da relação entre fatores político-econômicos e entre os estados/economias nacionais. Nessa relação o sistema é movido em conjunto por duas forças político-econômicas contraditórias: a tendência para a formação de um império global; e a contra tendência para o fortalecimento do poder

nacional. A impossibilidade lógica de formação de um império global dá-se pelo fato de que o Estado nacional que lidera a expansão precisa da pressão dos Estados concorrentes. Isto está na base da teorização de Fiori sobre a questão do poder existir apenas como uma relação. É a própria ameaça da expansão de outro Estado Nacional que impulsiona os Estados em seguir expandindo e conquistando. Assim o Estado que lidera a expansão por vezes aceita o crescimento e desenvolvimento de outros Estados, dando origem à possibilidade de avanço dos poderes nacionais (a internacionalização nacionalizante de que fala Bukharin).

Como afirma Costa, a dinâmica do sistema mundial em Fiori se dá primordialmente pelas ações das potências expansivas. As guerras promovidas pelos estados-impérios são consideradas o “motor” ou “núcleo atômico” deste sistema.

“Em cada grande período histórico ou século existiu um grande conflito central, uma guerra duradoura que foi o núcleo atômico do sistema. Essa grande guerra ou bipolaridade, por sua vez, delimitou uma espécie de “espaço tempo geoestratégico”, que acaba envolvendo e hierarquizando todos os demais conflitos, e, como consequência, todos os demais territórios. Parece existir relação estreita entre o dinamismo econômico interno desses territórios e seu grau de proximidade com relação ao conflito central”. (Fiori, 2001, p.58)

A centralidade da guerra como instrumento de acumulação e centralização do poder político faz com que possamos concluir da teorização de Fiori, que há uma preponderância do elemento político sobre o econômico na análise da dinâmica do sistema. É o poder político, representado pela luta pela expansão dos Estados Nacionais, que promove a formação das economias nacionais e que possibilitaram a expansão da economia mundo européia. Nesse sentido, ao contrário dos autores da EPSM, Fiori argumenta no sentido de que o poder precede a acumulação de capital e submete as economias nacionais a seu favor⁹.

Com relação a questão da hegemonia, vimos que, até mesmo entre os autores da EPSM há divergências. Enquanto Wallerstein constrói seu ciclo hegemônico afirmando que a relação básica entre os Estados e o capital permaneceu a mesma ao longo da história capitalista, estando essa relação submetida à ordem sistêmica (Arrighi e Silver, 2001, p.18), Arrighi afirma que a ascensão das nações hegemônicas não foi um mero reflexo das propriedades sistêmicas e que as hegemonias implicam em reorganizações fundamentais no sistema (Arrighi e Silver, 2001, p.35).

⁹ Aqui é possível arriscar a hipótese de que os autores da EPSM se mantêm muito mais fiéis à Marx, no sentido de que suas teorizações mantêm a acumulação de capital (e o “econômico”) como elemento central do capitalismo, mesmo com o reconhecimento claro destes autores acerca da importância do papel do Estado. Para Fiori é impossível compreender o capitalismo, desde seu surgimento até hoje, sem inserir a mediação do poder e das guerras. Desse modo o elemento “poder”, na forma atual de Estados Nacionais consolidados é elemento central no entendimento do sistema capitalista. Aqui Fiori, ao mesmo tempo em que recupera Marx, o faz criticamente, reconhecendo neste autor a ausência da inserção (lógica) da questão do poder em sua teorização do movimento do capital.

O conceito de hegemonia em Fiori está relacionado a uma posição em disputa e a uma conquista transitória. Para este autor a posição hegemônica é uma conquista e uma vitória do estado mais poderosos em determinado momento. Trata-se apenas de “um ponto possível na curva ascendente dos ‘estados-impérios’”.(Fiori, 2004, p. 53). A condição hegemônica seria uma posição transitória a qual alguns países podem exercer um poder global que pode até mesmo ser favorável ao desenvolvimento de outros estados do sistema. O ponto importante para Fiori é tratar da disputa que está por trás do poder hegemônico.

4.1) Conjuntura atual

A partir de suas proposições teóricas as duas abordagens apresentadas aqui têm diagnósticos bastante distintos acerca da conjuntura da economia mundial neste início de século XXI. Um dos pontos de maior debate refere-se a tese da crise da hegemonia dos EUA defendida por Giovanni Arrighi e por Wallerstein (este último indo além, afirmando que estamos vivendo o fim do próprio sistema mundial moderno) a qual Fiori discorda.

Como afirma o próprio Arrighi¹⁰ uma das teses do seu mais recente livro “Adam Smith em Pequim” (2008) é a de que “o fracasso do neoconservador Projeto para o Novo Século Americano no Iraque marca o fim da hegemonia americana. Os Estados Unidos ainda são dominantes, econômica, militar e politicamente. Mas é uma dominação sem hegemonia, no sentido de que hegemonia não é apenas dominação pura, mas também a capacidade de fazer os outros acreditarem que você age no interesse geral.” Esse diagnóstico de Arrighi vai de encontro à sua avaliação do conceito de hegemonia, como discutimos anteriormente. Assim, para ele, mesmo que não haja nenhum outro país que possa substituir os EUA como nação hegemônica, há sinais claros de que o século americano chegou ao fim.

Para Arrighi, a credibilidade militar americana, que já havia sido corroída no Vietnã, foi ainda mais no Iraque. Além disso, os EUA hoje são financeiramente dependentes do Leste da Ásia e do Sul em geral. Segundo o autor “Os EUA, de um Estado hegemônico que criava ordem, se tornaram uma força do caos e da desordem - e são mais e mais percebidos por outros como um agente de caos.”

Já nos anos 70, segundo Arrighi, ocorreu o que o autor chamou de crise sinalizadora, marcada pela ameaça à hegemonia americana, principalmente pela perda de credibilidade no dólar. Após este período, com a contra-revolução neoliberal dos anos 80, instaurou-se um tipo de *belle époque*, que poderia se transformar numa hegemonia de longo prazo. Mas não foi isso que

¹⁰ Entrevista à Folha de S.Paulo, 2 de Setembro de 2007.

aconteceu, e a falsa percepção da possível retomada da hegemonia só contribuiu para aprofundar as contradições da dependência financeira americana no exterior, instaurando agora de fato uma crise terminal. (ARRIGHI, 2007)

Questionado sobre os impactos dessa crise dos EUA nos países asiáticos e do Sul, Arrighi afirma que embora dependentes dos EUA, a crise terminal cria oportunidades para estes países desenvolverem seus mercados internos tornando suas economias mais fortes. É o caso da China, que já vem se esforçando no sentido de expandir seu mercado interno e diversificar suas reservas em dólares.

Wallerstein vai mais além, afirmando que o sistema mundial hoje existente está terminando. Segundo o autor, “estamos num período de transição do qual sairemos em 30 ou 50 anos num tipo muito diferente de mundo”¹¹. Segundo Wallerstein, o sistema atual vive uma crise estrutural, baseada em limites de funcionalidade. Segundo o autor, o colapso está em curso pelos limites impostos à acumulação de capital. As taxas de lucro necessariamente se reduzirão, e já não basta mais migrar a produção de um país para outro em busca de condições mais favoráveis, como salários mais baixos. Já estão em curso outros fatores que impedem o lucro de uma produção quase monopolizada, que seria a base da acumulação significativa: o aumento dos impostos, de insumos e a internalização de custos ambientais pelas empresas.

Na visão de Wallerstein, o que agora chamam de crise é uma longa depressão, decorrente de mudanças dos anos 60 e 70, quando ocorreu o rebaixamento de duas curvas: a curva de Kondratieff e a curva geopolítica de hegemonia. Depois de 70, o mundo passa a viver na fase B de Kondratieff, com retração econômica (ponto em que, segundo ele, estamos até hoje), e em meio ao declínio do poder americano, a partir da Guerra do Vietnã. (WALLERSTEIN, 2009)

Contrariamente a essas posições, Fiori faz uma análise diferente da conjuntura atual, a partir de sua teorização do sistema interestatal capitalista. Em seu livro “O mito do colapso do poder americano” (2008), Fiori faz uma leitura crítica dos posicionamentos de Arrighi e Wallerstein. Segundo Fiori, as crises e guerras vivenciadas pelo sistema capitalista não são necessariamente anúncios do fim ou do colapso dos países e economias envolvidas nesses eventos. E neste início de século as crises e guerras não são um sintoma do fim do poder americano.

Fiori sugere a possibilidade de estarmos vivendo mais uma fase de expansão do (universo) sistema interestatal, centrada na expansão do poder imperial americano e na resposta nacionalista de diversos países ao redor do mundo. Esse ambiente, segundo Fiori, reforça a pressão competitiva entre os Estados e pode levar a um processo de expansão ou corrida

¹¹ Entrevista ao Valor Econômico, 2 de Setembro de 2009.

imperialista. Estaria se tratando de uma transformação estrutural de longo prazo do sistema interestatal, que começou na década de 70, quando os EUA acentuam seu processo de expansão imperial de forma explícita.

Para Fiori, nesse novo momento de expansão do sistema interestatal, os EUA seguem tendo papel decisivo, isto porque, ao contrário do que propagam algumas teses terminais, os EUA continuam sendo a potência principal, dados principalmente a posição do dólar como moeda de referência das relações comerciais e financeiras e a supremacia militar americana. Para Fiori, a centralidade do dólar ainda não foi abalada, haja vista a fuga para os títulos americanos mesmo no momento de acirramento da crise financeira recente. Além do que, a despeito da crise no Iraque, os EUA seguem liderando o *ranking* do maior arsenal bélico e atômico mundial e também da centralização da informação e da corrida tecnológica.

Mas apesar desse aparente poder global, a disputa entre as grandes potências não acabou, ao contrário, se intensificou. O processo de expansão imperial americano parece ter reforçado os nacionalismos e a concorrência entre as principais nações mundiais. Como aponta Fiori “a estratégia imperial americana dos anos 70 teve um papel decisivo na transformação de longo prazo da geopolítica mundial, ao trazer de volta a Rússia e a Alemanha e ao fortalecer a China, a Índia e quase todos os principais concorrentes dos Estados Unidos neste início de século”. (FIORI, op. cit, p. 37)

Essa relação aparentemente contraditória entre a expansão dos EUA e o fortalecimento dos seus concorrentes, ao mesmo tempo em que instala um acirramento da competição também beneficia os EUA, já que a necessidade do ambiente competitivo e de “guerra permanente” impõe-se como forma de reproduzir a posição deste último no topo da hierarquia mundial. Esta situação converge com a idéia apontada anteriormente da impossibilidade lógica da existência de um império global e da idéia de que por vezes o Estado se beneficia com o ambiente competitivo criado.

5) Conclusões

Embora apresentem divergências fundamentais, as duas abordagens convergem ao proporem uma análise dos fenômenos econômicos e geopolíticos atuais a partir de sua inserção no contexto de um sistema mundial, com características e regras próprias, definidas historicamente, mediante a atuação de agentes políticos (Estados) e econômicos (grupos empresariais). Nesse sentido, é importante ressaltar que, apesar das importantes diferenças, deve-

se reconhecer o fato de que ambas as abordagens procuram avançar não só teórica, mas metodologicamente, na medida em que propõem uma análise sistêmica e totalizante.

Ainda assim, como visto ao longo deste trabalho, são várias as divergências entre os autores analisados, desde a forma como cada um define o modo de surgimento do sistema interestatal capitalista no ambiente europeu, até as distintas interpretações sobre o capitalismo neste início de século.

Como visto, embora fazendo referência a Braudel, as duas abordagens interpretam de forma distinta o modo pelo qual o modelo europeu sai vitorioso e expande-se mundialmente. Para os autores da EPSM, embora este processo tenha dependido amplamente do papel do Estado, o aspecto chave permanece sendo a acumulação de capital, ao menos como categoria dentro do que pode ser entendido como uma tentativa de teorização do nascimento do sistema capitalista, principalmente no caso de Wallerstein.

Com relação as unidades de análise das duas perspectivas observou-se que, enquanto Arrighi e Wallerstein privilegiam a idéia de uma economia-mundo capitalista, Fiori, ainda que analise o sistema mundial em sua totalidade, foca sua análise na expansão dos Estados Nacionais. Embora essa seja uma questão controversa e passível de amplo debate, há uma idéia comum entre os autores que trabalham com a EPSM de que os Estados Nacionais vem perdendo espaço em um mundo com mercados cada vez mais internacionalizados, de modo que, como unidade de análise, esta talvez não seja a melhor opção a ser adotada.

Todas essas proposições teóricas levam a diagnósticos distintos acerca da atual conjuntura do capitalismo neste início de século. Enquanto Arrighi e Wallerstein falam de crise hegemônica e crise final do capitalismo, Fiori acredita da manutenção dos EUA como potência mundial.

No caso de Arrighi, a partir de sua formulação dos ciclos hegemônicos, entende que a partir da crise dos anos 70 instaurou-se um período de forte expansão financeira, que marcaria o “sinal de outono” do fim de um ciclo hegemônico americano. Além disso, estaríamos em um período de intensificação da concorrência interestatal e interempresarial, de escalada dos conflitos sociais e do surgimento de novas configurações de poder, no caso, a China.

Mas, como afirma Fiori, talvez o conceito de Arrighi não consiga captar as inovações levadas adiante por um país que conseguiu algo absolutamente novo na história do capitalismo: um regime monetário internacional baseado na sua própria moeda, sem lastro, que permite a manutenção de um déficit gigantesco, sustentado pela venda de títulos que todos ainda compram, inclusive os chineses! Para Fiori, a “*belle époque*” americana representa de fato uma certa vitória em sustentar a hegemonia mundial, mesmo com a surpreendente ascensão chinesa, de

modo que a expansão financeira não foi sinalizadora de uma mudança hegemônica. Os EUA ainda são a maior potência mundial, não só econômica (liderando segmentos tecnológicos e científicos de ponta), mas também militar e culturalmente.

Para Fiori, a conjuntura atual é marcada justamente pela expansão de um Estado Nacional (EUA) em dimensões quase globais, ainda que convivendo com os movimentos expansionistas dos outros países. Não há algo como o fim dos Estados Nacionais em uma era de globalização financeira e expansão internacional dos mercados. O que há, de fato, é a expansão do poder de um país, os EUA. Expansão que parece alcançar dimensões globais, algo que, como sugere Fiori seria impossível, ao menos logicamente. Ao mesmo tempo, vê-se o surgimento de países como a China, que ainda que pareçam confrontar o poder americano estabelecem com este país uma relação de complementaridade única, que bebo muitos aspectos beneficia a posição americana.

Enfim, as duas abordagens apresentam inúmeros elementos e categorias teóricas que devem ser analisados amplamente e sob diversos ângulos. Inclusive a vasta obra dos autores analisados permite trabalhos bem mais detalhados. Dentro dos limites de um artigo acadêmico, este trabalho procurou apontar alguns destes aspectos, muitas vezes controversos e passíveis de debate. A idéia principal foi apenas apresentar tópicos dessas divergências bem como apresentar brevemente as duas abordagens e tentar estabelecer comparações entre os elementos-chaves de cada uma das teorizações e de suas interpretações distintas do capitalismo no século XXI.

7) Bibliografia

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; 1996.

_____. **A ilusão do desenvolvimento**. Vozes. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis, RJ. 1997.

_____. **Adam Smith em Pequim – Origens e fundamentos do século XXI**. Boitempo, São Paulo, 2008.

ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro. Contraponto, Ed. UFRJ, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. O Tempo do Mundo. Martins fontes. São Paulo, 1996.

BUKHARIN, Nikolai I. **A economia mundial e o Imperialismo**. Nova Cultural, São Paulo, 1986.

COSTA, Jales Dantas da. **Um debate teórico entre a economia política dos sistemas-mundo e a nova economia política do sistema mundial**. Texto apresentado no I Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas-Mundo, 2007. Disponível em: http://www.gpepsm.ufsc.br/index_arquivos/2.pdf

FILOMENO, Felipe Amim e ARIENTI, Wagner Leal. **“Economia Política do moderno Sistema Mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi”**. Universidade Federal de Santa Catarina. Texto para discussão. Número 04, 2004.

FIORI, José Luís. Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, J.L. & MEDEIROS, Carlos (Orgs). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis : Vozes, 2001.

_____. “O sistema inter-estatal capitalista, no início do século XXI”, in J.L. FIORI., F. SERRANO E C. MEDEIROS, **O mito do colapso americano**, Editora Record, 2008

_____. “Prefácio”, in J.L. FIORI, **“O poder global e a nova geopolítica das nações”**, Editora Boitempo, São Paulo – Prefácio, 2007

_____. “Formação, Expansão e Limites do Poder Global”. In: **O poder americano**. Petrópolis, Vozes, 2004.

HOPKINS, Terence K. & WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalism and Incorporation of New Zones into the World-Economy**. In: *Review*, X. 1987. Supplement (Summer/Fall)

_____. **Comodity chains in the world-economy prior to 1800**. In: *Essencial Wallerstein*, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar las ciencias sociales – Límites de los paradigmas decimonónicos**. Siglo Veintiuno editores. 1999

_____. **O sistema mundial moderno - Vol 1**. Edições Afrontamento. Porto. 1974.